# TÉCNICA LEGISLATIVA NA PRÁTICA:
# FUNDAMENTOS E EXERCÍCIOS DE REDAÇÃO DE LEIS E REGULAMENTOS
(ESPECIAL PARA VEREADORES, PARLAMENTARES, TÉCNICOS E ASSESSORES)

**Datas:** 29, 30 e 31 de março de 2023.
**Local:** Majestic Palace Hotel – Av. Jorn Rubéns de Arruda Ramos, 2746 – Centro – Florianópolis/SC.
**Horários: 1° e 2° dias** das 9h às 12h e das 13h30min às 17h30min; **3° dia:** das 8h30min às 12h30min.

**Solicitação:** favor encaminhar cópia a quem redige os projetos de leis e os regulamentos.

**Objetivos:**
a) Analisar os fundamentos técnicos necessários à redação de projetos de lei, leis e regulamentos.
b) Avaliar e exercitar a metodologia para o planejamento dos atos normativos a serem redigidos.
c) Exercitar a redação técnica, com o objetivo de contemplar a necessária concisão, clareza, objetividade e impessoalidade.

**Considerações importantes**
A redação de projetos de lei, leis e outros atos regulamentares requer conhecimento técnico e a observância da legalidade e constitucionalidade a serem asseguradas. Mas é importante a vivência prática, de modo a permitir a efetiva incorporação dos fundamentos técnicos e o contínuo aperfeiçoamento da forma adequada de redação legislativa.
O curso propõe exatamente este aspecto da prática da redação legislativa. A metodologia a ser implementada oportuniza que os participantes efetivamente incorporem o conteúdo apresentado a partir da vivência de exercícios práticos, simplificados, que permitem o aperfeiçoamento dos saberes que cada participante já traz de suas vivências.

**A quem o curso é dirigido**
Vereadores, Deputados, assessores parlamentares, técnicos legislativos e diretores das Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas; secretários de governo, chefes de gabinete, agentes administrativos, técnicos e assessores.

**Prazo de inscrições e informações sobre o curso**
As inscrições poderão ser realizadas até o dia **17 de março de 2023**, através do site **www.iem.inf.br**. Vagas limitadas à capacidade da sala. Detalhes sobre o curso podem ser obtidos por telefone **(51) 3778-1188** ou e-mail **cursos@estudosmunicipais.com.br**. Receberão certificados os participantes que tiverem a frequência mínima de 70%. Certificado digital com verificação por QRCode.

No caso de **haver cancelamento do curso presencial**, decorrente de **disposição de autoridade pública**, diretamente ao IEM ou por medida restritiva às atividades em geral, ao inscrito **será assegurada a participação no curso em formato EAD**, por videoconferência, mantendo palestrante e carga-horária, sem prejuízo aos participantes. Ocorrendo a reprogramação de data ou cancelamento de curso pelos motivos dispostos na cláusula anterior, **o IEM não se responsabiliza pelo ressarcimento de qualquer valor aplicado na aquisição de passagem aérea ou terrestre, reserva de hotel ou outras aplicadas pelo inscrito.**
**Demais informações e condições no termo de aceite, vinculado à inscrição no site do IEM.**

**Investimento**

| QUANTIDADE DE PARTICIPANTES POR ÓRGÃO/EMPRESA | PAGAMENTO ATÉ 23/02/2023 | PAGAMENTO APÓS 23/02/2023 | Valor correspondente ao curso. NÃO estão incluídas parcelas de alimentação, hospedagem, traslados e outras que se façam necessárias a participação no evento. |
|---|---|---|---|
| 1 participante | R$ 890,00 por pessoa | R$ 930,00 por pessoa | |
| 2 participantes | R$ 850,00 por pessoa | R$ 900,00 por pessoa | |
| 3 participantes | R$ 810,00 por pessoa | R$ 880,00 por pessoa | |
| 4 participantes ou mais | R$ 790,00 por pessoa | R$ 830,00 por pessoa | |

* Sua inscrição só será confirmada mediante pagamento ou envio antecipado do empenho.

**Inscreva-se em: www.iem.inf.br, VAGAS LIMITADAS!**

**PAUTA DO CURSO**

**TÉCNICA LEGISLATIVA NA PRÁTICA:**
**FUNDAMENTOS E EXERCÍCIOS DE REDAÇÃO DE LEIS E REGULAMENTOS**

**1. Fundamentos constitucionais e normativos aplicáveis à redação de leis e regulamentos**
1.1. Funções das normas jurídicas e a subsidiariedade da atividade legislativa
1.2. O controle de constitucionalidade e a iniciativa política
1.3. Constitucionalidade formal e material: fundamentos e exemplos
1.4. A Lei Complementar 95/98 e as imposições aos entes federados
1.5. Os Decretos n.º 9.191/17 e n.º 10.139/19 e outras fontes por analogia

**2. Metodologia aplicável à elaboração de projetos de lei, leis e regulamentos**
2.1. Objeto a ser contemplado: elementos informativos
2.2. Definição da espécie normativa: critérios a considerar
2.3. Conteúdo a ser contemplado: relação exaustiva
2.4. Definição da ordem de distribuição do conteúdo
2.5. Plano redacional e definição da estrutura normativa necessária
2.6. Ajustes e redação final
2.7. Análise crítica dos resultados: sustentação jurídica, reflexos sociais e econômicos e adequação ao objetivo proposto
**2.8. Exercício prático: elaboração de plano de redação de ato normativo**

**3. A Lei Complementar nº 95 e a sistemática interna das leis e dos regulamentos**
3.2. A redação dos atos: clareza, concisão, impessoalidade, objetividade, precisão e ordem lógica das normas
3.3. Sistemática interna das leis e análise das contradições
**3.4. Exercício prático: avaliação e redefinição de artigos, com o objetivo de contemplar a concisão e demais requisitos**

**4. A Lei Complementar nº 95 e a sistemática externa das leis e dos regulamentos**
4.1. Lei Ordinária: definição e objeto
4.1.1. Sistemática externa das leis e regulamentos: articulação das leis
4.1.1.1. Sistemática externa – forma e estrutura das partes do ato normativo:
- Epígrafe, ementa ou rubrica da lei, preâmbulo e âmbito de aplicação
- Fecho da lei, cláusula de revogação, cláusula de vigência, autoridade, assinatura

4.1.1.2. Sistemática externa – articulação das leis e regulamentos
- Artigos, parágrafos, incisos e alíneas; agrupamentos de artigos
- Subseções, seções, capítulos, títulos, livros e partes
- Disposições preliminares, gerais, finais e transitórias
- Critérios de sistematização

4.2. Decreto, portaria, ordem de serviço, orientação normativa e outros regulamentos
4.2.1. Definição, âmbito de aplicação e limites
4.2.2. Forma e estrutura
**4.3. Exercícios práticos de redação para a fixação dos fundamentos jurídicos estudados**

**Ministrante:**

**Darcí Reali,** Advogado, mestre em Direito, Diretor do IEM. Docente da Universidade de Caxias do Sul, no Curso de Direito, Curso Superior de Gestão Pública e na Pós-Graduação em Direito de Estado e Direito Ambiental. Secretário Municipal de Administração (1993-1997) e assessor jurídico municipal (1997-2001). Atua há 25 anos em assessorias e consultorias jurídica e administrativa públicas. Ministra cursos e treinamentos (em diversos Estados do Brasil) relacionados aos aspectos legais, administrativos e gerenciais da Administração Pública, nas áreas de direito constitucional, administrativo, tributário, ambiental, urbanístico, legislativo e previdenciário. Autor e coautor de diversos livros e dezenas de apostilas direcionadas à Administração Pública. Ampla experiência sobre redação técnica de leis e regulamentos, tanto pela grande vivência da redação de inúmeros atos normativos quanto pela experiência de já ter ministrado dezenas de cursos com este tema, em diversos Estados do Brasil.